EDEPAR
Escola da Defensoria Pública
do Estado do Paraná

ANEXO ÚNICO

FICHA DE INSCRIÇÃO

PROPOSTA DE PRÁTICA INSTITUCIONAL

Nome: Mariana Martins Nunes e Camila Mafioletti Daltoé
Área de atuação: direitos humanos; direito das mulheres; mulheres indígenas
Lotação: NUDEM

SÚMULA
Observatório da Violência contra as Mulheres Indígenas no Estado do Paraná.
ASSUNTO
O NUDEM acompanha casos de violência de gênero praticada contra mulheres indígenas desde 2020, mas a partir da aproximação realizada com as lideranças no segundo semestre de 2023, passou a receber inúmeras denúncias de violência física, sexual, patrimonial, política e psicológica cometida contra mulheres das mais diversas etnias, nos seus territórios e fora deles, e a partir desses relatos, foi possível observar que a violações não eram casos isolados, mas indicavam um padrão sistemático e grave de violações de direitos. Agravando este quadro, observamos a insuficiência de políticas públicas específicas e a inadequação das normativas protetivas dos direitos das mulheres e dos direitos indígenas. No decorrer dos atendimentos e encaminhamentos dos casos, verificou-se que: (i) as mulheres não

se sentiam acolhidas em nenhum órgão ou instituição, existindo uma relação permanente de desconfiança com o Estado; (ii) algumas instituições manifestaram-se expressamente que a violência sofrida nos territórios era cultural e que não caberia ao Estado intervir; (iii) a desconfiança das mulheres indígenas e a negligência das instituições públicas se refletia na ausência de dados, fazendo com que as inúmeras violências praticadas contra as mulheres indígenas integre a cifra oculta da violência.

Buscando estabelecer uma relação de confiança com as mulheres indígenas a fim de pensar estratégias conjuntas de enfrentamento à violência de gênero, realizou-se em março de 2024 reunião do NUDEM, Ouvidoria da DPE-PR, mulheres indígenas, representantes de movimentos sociais e o Ministério das Mulheres. Nesta reunião, foi informado pelo Ministério das Mulheres que o Governo Federal irá criar 05 Casas da Mulher Indígena no Brasil, uma por bioma, e que a decisão quanto ao lugar em que haverá a sua alocação dependerá da manifestação dos estados e municípios interessados.

A falta de dados sobre as violências sofridas por mulheres indígenas foi o que levou à ideia da criação de um Observatório de Violência, cujo objetivo é quantificar e qualificar os dados de violências cometidas contra mulheres indígenas no Paraná a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas específicas para a prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra essas mulheres, além de promover um espaço de articulação permanente da Defensoria com as mulheres indígenas para a construção de respostas às situações de violências de gênero vividas por mulheres indígenas dentro e fora de seus territórios, com a integração de outros órgãos e instituições.

DESCRIÇÃO DA PRÁTICA

O Observatório surge então neste contexto, a partir da demanda trazida pelas mulheres indígenas por apoio e intervenção, e está sendo construído a partir do protagonismo delas, de uma perspectiva que considere a cosmovisão das mais diversas etnias e buscando promover um diálogo multicultural com uma perspectiva emancipatória e não paternalista, que reconhece que a violência enfrentada pelas mulheres indígenas não é cultural.

Como primeira medida, o NUDEM criou um formulário para o recebimento formal de denúncias, disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Formulario/OBSERVATORIO-DE-VIOLENCIA-CONTRA-MULHERES-INDIGENAS-NO-ESTADO-DO-PARANA, que tem como propósito não apenas prestar

assistência jurídica às denunciantes, mas **coletar dados quantitativos e qualitativos da violência** com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas específicas para a prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra as indígenas.

Além disso, considerando que este cenário exige uma atuação coordenada entre os poderes constituídos e entidades governamentais em todos os níveis federativos, a sociedade civil e às mulheres indígenas, foi realizado no dia 15/05/2024 o evento de Lançamento e 1ª Reunião do Observatório, criar um espaço de articulação permanente para a formulação de estratégias e políticas de prevenção e enfrentamento dessa violência.

Participaram das articulações para a implementação do observatório e do 1º encontro lideranças indígenas da Associação das Mulheres Indígenas em Rede (AMOAR); da Associação de Mulheres Originárias da Terra Indigena Apucaraninha -Amotia; da Associação de Mulheres Indígenas do Oeste de Santa Catarina; da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade; da Associação de Mulheres Indígenas Xetá; da Casa de Passagem; e de representantes dos povos originários no Estado (Guarani M'byá, Guarani Nhandeva, Ava Guarani, Guarani Kaiowá, Kaingang, Xetá e Xokleng).

Contou ainda com a participação da Defensoria Pública da União; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional Direitos Humanos - CAOPDH/PR (área indígena); Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID/TJPR; Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI); Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM/PR); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Assessora de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Curitiba; Mandatos legislativos municipais e estaduais comprometidos com a pauta; dentre outros.

Durante o evento, foi lida carta compromisso pelas mulheres indígenas para adesão dos participantes.

A fim de se dar continuidade à proposta, haverá a integração do Observatório a outras práticas em andamento, como o Observatório DH e do Termo de Execução Descentralizadas com o Min. dos Povos Indígenas firmado com a UFPR, e a Câmara Técnica de Enfrentamento às Violências Contra às

Mulheres Indígenas, recém-criada pela SEMIP, com o intuito de otimizar e fortalecer as atuações interinstitucionais para promoção e defesa dos direitos das mulheres indígenas.

Ainda, o NUDEM realiza reuniões periódicas com as lideranças de mulheres indígenas para pensar nas possíveis ações de enfrentamento e prevenção da violência nos territórios, já tendo realizado 04 reuniões até o momento, e estando previsto para início no 2º semestre a realização de um curso de Defensoras Populares para mulheres indígenas.

OPERACIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA

Com a implementação do canal para recebimento de denúncias, é possível tanto o atendimento individual dos casos reportados ao NUDEM quanto a coleta de dados da violência.

A partir do envio das denúncias, é agendado atendimento presencial ou virtual para orientações jurídicas e encaminhamento dos casos. É priorizada a resolução administrativa dos casos, por meio da articulação com os órgãos responsáveis, a depender do teor da denúncia e violação, buscando prevenção do agravamento dos conflitos e apuração das responsabilidades em eventual situação de violação. Dentre os órgãos com os quais o NUDEM vem dialogando para encontrar soluções aos conflitos, de forma conjunta às lideranças indígenas e às denunciantes, destacamos a FUNAI, SESAI, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Polícias Civil e Federal, além dos órgãos do executivo federal, estadual e municipal.

Por fim, a partir do registro de denúncias no formulário, será elaborado relatório semestral, ao qual se dará publicidade, além do envio ao Ministério dos Povos Indígenas, ao Ministério das Mulheres, à Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), e demais instituições competentes.

Pretende-se que a partir dos dados consolidados e análise quantitativa e qualitativa, fomentar a criação de políticas públicas específicas para as mulheres indígenas, como a criação da Casa das Mulheres Indígenas no Paraná.

Até o momento foram formalizadas 16 denúncias de violências de gênero praticadas contra mulheres indígenas, envolvendo violência física, sexual, moral, psicológica e política. Há relatos de casos de estupros coletivos, expulsão do território e ameaça de morte.

Por fim, é mantida a articulação permanente com as lideranças de mulheres indígenas, com a

realização de reuniões periódicas para pensar nas possíveis ações de enfrentamento e prevenção da violência nos territórios.